

DETERMINANTES DO SOFRIMENTO PSÍQUICO DE TRABALHADORES RURAIS NO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE DAS VULNERABILIDADES À SAÚDE MENTAL

**DETERMINANTS OF PSYCHIC SUFFERING AMONG RURAL WORKERS IN
AGRIBUSINESS: AN ANALYSIS OF MENTAL HEALTH VULNERABILITIES**

Ciências Sociais Aplicadas • 16/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/792112720](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/792112720)

Fabiana Paizany Paz¹

Carlos Eduardo Coradassi²

RESUMO

Este artigo analisa os fatores que influenciam o adoecimento mental de trabalhadores rurais inseridos no contexto do agronegócio. Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada nas bases SciELO, Google Acadêmico e PubMed, com os descritores saúde mental, desenvolvimento rural e agronegócio. Dos 317 artigos identificados, 11 foram selecionados e submetidos a análise crítica. Os estudos indicam que o sofrimento psíquico desses trabalhadores resulta da combinação entre precarização do trabalho, desigualdade social, exposição a agrotóxicos, insuficiência de políticas públicas e invisibilidade das características territoriais. Apontam também limitações da Atenção Primária à Saúde e da formação profissional para atuar em contextos rurais, bem como a desarticulação de iniciativas de saúde que não alcançam os aspectos socioculturais do sofrimento no campo. Conclui-se que a saúde mental dessa população está relacionada às condições materiais e simbólicas de vida e que são necessárias políticas intersetoriais, adaptadas ao território, que promovam o cuidado psicossocial, considerem a voz das comunidades e respeitem seus modos de vida.

Palavras-chave: Saúde Mental; Desenvolvimento Rural; Agronegócio.

ABSTRACT

This article analyzes the factors that influence mental illness among rural workers in the agribusiness context. It is a literature review conducted in the SciELO, Google Scholar and PubMed databases, using the descriptors mental health, rural development and agribusiness. Of the 317 articles identified, 11 were selected and submitted to critical analysis. The studies indicate that the psychic suffering of these workers results from the combination of precarious work, social inequality, pesticide exposure, insufficient

public policies and the invisibility of territorial characteristics. They also point to limitations of Primary Health Care and of professional training to work in rural contexts, as well as to the disarticulation of health initiatives that do not address the sociocultural aspects of suffering in rural areas. The study concludes that the mental health of this population is related to the material and symbolic conditions of their lives and that intersectoral, territory-adapted policies are needed to promote psychosocial care, take community voices into account and respect their ways of life.

Keywords: Mental Health; Rural Development; Agribusiness.

1. INTRODUÇÃO

A saúde mental não se restringe ao campo das emoções individuais. Trata-se de um fenômeno complexo, resultante da interação entre fatores biológicos, psicológicos e sociais, isto é, de um processo biopsicossocial. Segundo a Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946), saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade. O bem-estar mental relaciona-se, portanto, à saúde física, mas também a aspectos socioeconômicos, às condições de moradia, ao acesso a serviços públicos e a relações interpessoais de apoio. A saúde mental reflete, assim, as condições de vida e o ambiente em que o sujeito está inserido.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, [s.d.]) afirma que “A saúde mental também é um direito humano fundamental. É um elemento essencial para o desenvolvimento pessoal, comunitário e socioeconômico” e acrescenta que “Saúde mental é mais do que apenas a ausência de transtornos mentais”.

O Ministério da Saúde (Brasil, 2018) destaca que os prejuízos do trabalho à saúde mental podem decorrer da exposição a agentes químicos e substâncias nocivas ou de elementos estressantes presentes na organização e na gestão do trabalho. Segundo o documento, a reestruturação produtiva e as transformações tecnológicas contemporâneas têm contribuído para o surgimento e o aumento de doenças, muitas vezes ainda pouco compreendidas.

Na população rural, essas questões tornam-se ainda mais complexas. Correia e Alves (2024) observam que o cuidado com a saúde mental do trabalhador do campo exige uma abordagem ampliada, pois envolve fatores individuais e coletivos. De acordo com os autores, a saúde do trabalhador rural não se limita às condições precárias do ambiente laboral e à restrição de direitos fundamentais: inclui também desigualdades materiais, traumas psicológicos e falta de reconhecimento social, elementos que podem gerar repercussões psicossociais significativas.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar os fatores determinantes do adoecimento mental de trabalhadores do meio rural inseridos no contexto do agronegócio, buscando compreender como as condições de vida, de trabalho e as relações sociais contribuem para a saúde mental dessa população.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Metodologia

Este estudo configura-se como revisão bibliográfica, definida por Lakatos e Marconi (2017) como o procedimento que busca analisar, discutir e aprofundar o conhecimento científico já produzido, sobretudo por meio de artigos científicos, fonte primordial de

informações atualizadas e consolidadas. O objetivo foi examinar os fatores determinantes do adoecimento mental de trabalhadores do meio rural inseridos no contexto do agronegócio.

As buscas foram realizadas nas bases SciELO, Google Acadêmico e PubMed, com os descritores saúde mental, desenvolvimento rural e agronegócio. Consideraram-se os estudos publicados entre 2012 e 2025. Foram identificados 317 artigos e, após a aplicação dos critérios de inclusão (pertinência temática, atualidade e relação direta com o objetivo do trabalho), selecionaram-se 11 artigos científicos. Foram excluídos dissertações, teses e estudos redigidos em língua estrangeira. O Quadro 1 sintetiza os procedimentos adotados.

Quadro 1. Procedimentos metodológicos adotados na pesquisa

Aspecto	Descrição
Tipo de estudo	Revisão bibliográfica
Fundamentação teórica	Lakatos e Marconi (2017)
Objetivo	Analisar os fatores determinantes do adoecimento mental de trabalhadores do meio rural inseridos no agronegócio
Bases de dados consultadas	SciELO, Google Acadêmico e PubMed
Descritores utilizados	Saúde mental; desenvolvimento rural; agronegócio
Período das publicações	2012 a 2025
Total de artigos identificados	317

Critérios de inclusão	Pertinência temática; atualidade; relação direta com o objetivo da pesquisa
Critérios de exclusão	Dissertações, teses e estudos em língua estrangeira
Total de artigos analisados	11
Tipo de análise	Análise crítica dos referenciais teóricos, dos contextos socioeconômicos e das contribuições ao tema
Justificativa do método	Sistematizar o conhecimento científico, identificar lacunas e fundamentar a discussão

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os artigos selecionados foram submetidos a análise crítica, considerando-se os referenciais teóricos empregados, os contextos socioeconômicos discutidos e as contribuições de cada estudo para a compreensão do adoecimento mental no meio rural. Esse procedimento justifica-se pela necessidade de sistematizar o conhecimento científico existente, oferecer fundamentação teórica consistente à discussão e identificar tendências, lacunas e aspectos recorrentes nas investigações sobre o sofrimento psíquico de trabalhadores do campo.

O percurso metodológico seguiu quatro etapas: (1) identificação dos estudos nas bases de dados, com os descritores definidos; (2) aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão; (3) seleção dos 11 artigos que compuseram o corpus da revisão; e (4) leitura e análise crítica dos textos, com atenção aos referenciais teóricos, aos contextos socioeconômicos e às contribuições de cada estudo. Na etapa de análise, os achados foram organizados em três eixos: políticas públicas e cuidado em saúde mental no campo;

desigualdades, modelo produtivo e condições de trabalho; e gênero, território e experiências de cuidado. Esses eixos estruturam a seção de resultados e discussão.

2.2. Caracterização dos Estudos Selecionados

O Quadro 2 apresenta os 11 estudos que compuseram a revisão, em ordem cronológica de publicação, com o periódico e o foco de cada um.

Quadro 2. Estudos selecionados para a revisão

Autoria e ano	Periódico	Foco do estudo
Pessoa e Rigotto (2012)	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	Agronegócio, desigualdades sociais, precarização do trabalho, exposição a agrotóxicos e novas necessidades de saúde dos trabalhadores rurais
Pires, Ximenes e Nepomuceno (2013)	Avances en Psicología Latinoamericana	Práticas de cuidado em saúde mental e cidadania; ampliação do cuidado para o campo da vida social
Ferreira Leite et al. (2017)	Avances en Psicología Latinoamericana	Condições de vida, saúde mental e gênero em assentamentos de reforma agrária do Nordeste brasileiro
Nascimento, Oliveira e Coimbra (2017)	Psicologia: Ciência e Profissão	Pobreza e desigualdade social como determinantes da saúde mental; transtornos mentais comuns e consumo de álcool
Dantas et al. (2020)	Athenea Digital	Desigualdades sociais e iniquidades em saúde no contexto rural

Neves et al. (2020)	Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste	Determinação social do adoecimento mental de trabalhadores rurais; alienação e perda de autodeterminação
Cirilo Neto e Dimenstein (2021)	Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia	Barreiras ao cuidado em saúde mental em áreas rurais; limites da Atenção Primária e da formação profissional
Pezzini e França (2021)	SMAD: Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas	Fragmentação entre saúde mental, trabalhador e ambiente rural no desenho das políticas públicas
Sganzerla et al. (2021)	Revista de Enfermagem da UFSM	Noções e práticas de cuidado em saúde mental na perspectiva de mulheres camponesas
Alves, Santos e Barbosa (2022)	Revista de Saúde Pública	Fatores associados aos transtornos mentais comuns entre agricultores
Correia e Alves (2024)	Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social	Impactos psicofísicos acumulados, pressão por produção, baixos salários e isolamento social do trabalhador rural

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os 11 estudos foram publicados entre 2012 e 2024, sendo sete deles a partir de 2020, o que mostra a predominância de produções recentes na amostra. Distribuem-se em dez periódicos diferentes e abordam o sofrimento psíquico no campo por ângulos distintos: a formulação e a execução de políticas públicas, as desigualdades sociais, o modelo produtivo do agronegócio, as condições de trabalho e as experiências de gênero. Essa diversidade de enfoques

favorece uma leitura articulada do problema, embora impeça a comparação direta dos resultados, já que os estudos diferem em objetivos, contextos e abordagens.

2.3. Resultados e Discussão

2.3.1. Políticas Públicas e Cuidado em Saúde Mental no Campo

Pezzini e França (2021) indicam que saúde mental, trabalhador e ambiente rural permanecem, em muitos casos, como campos dissociados no desenho das políticas públicas. Para os autores, isso decorre do tratamento historicamente fragmentado dessas dimensões, sem um conceito estruturante, que aparecem apenas de modo superficial em diretrizes mais amplas, sem atenção ao território e às singularidades culturais e sociais do meio rural. Percebe-se, assim, uma distância entre as necessidades da população do campo e a capacidade das políticas públicas de responder a elas de maneira integrada.

Cirilo Neto e Dimenstein (2021) apontam barreiras ao fortalecimento do cuidado em saúde mental nas áreas rurais. Embora haja avanços na estruturação da Atenção Primária à Saúde (APS), ela ainda não atende de forma equitativa e abrangente às demandas específicas das comunidades rurais, em razão da dificuldade de construir redes locais intersetoriais e da persistência de modelos de gestão e de práticas profissionais que não dialogam com esses territórios. Os autores defendem ainda que a formação em saúde mental contemple as peculiaridades das condições de vida e saúde das populações do campo, com investimento na educação continuada dos profissionais, para que o cuidado psicossocial seja sensível às dinâmicas culturais locais. Amplia-se, desse modo, o argumento de

Pezzini e França (2021): a falha não está apenas na formulação das políticas, mas também em sua execução, quando esta desconsidera elementos territoriais, sociais e culturais.

Pires, Ximenes e Nepomuceno (2013) lembram que a população em sofrimento mental foi historicamente marginalizada e privada de direitos fundamentais. Segundo eles, permanece o desafio de criar políticas e ambientes institucionais que não se restrinjam à perspectiva da doença, mas ampliem o cuidado para o campo da vida social, reconhecendo as condições que geram sofrimento e intervindo sobre elas. Essa proposição aproxima-se das críticas de Pezzini e França (2021) a paradigmas reducionistas, sejam eles biomédicos ou de gestão administrativa.

2.3.2. Desigualdades, Modelo Produtivo e Condições de Trabalho

Dantas *et al.* (2020) mostram que as desigualdades sociais e as iniquidades em saúde são traços marcantes do contexto rural e que qualquer política de enfrentamento do adoecimento mental precisa partir do reconhecimento dessas assimetrias. A má distribuição de recursos deixa amplos segmentos da população do campo sem acesso a bens essenciais, como emprego, moradia digna, alimentação adequada, saneamento, serviços de saúde e educação. Essa carência estrutural fragiliza os mecanismos de participação popular e de resolução de conflitos, o que intensifica a violência e deteriora as relações socioambientais.

Pessoa e Rigotto (2012) afirmam que o modelo econômico dominante reconfigura o território e os modos de vida, com efeitos danosos sobre a saúde dos trabalhadores. Segundo os autores, a precarização dos vínculos de trabalho, somada à exposição cotidiana

a agrotóxicos e à carência de infraestrutura mínima, compromete a qualidade de vida, eleva a demanda por serviços de saúde e perpetua situações de risco que favorecem o surgimento de doenças crônicas. Nessa perspectiva, o adoecimento mental não pode ser analisado isoladamente de um modelo produtivo que explora de forma intensiva o trabalho e os recursos naturais, produzindo desigualdades e vulnerabilidades que se cristalizam nos corpos e nas subjetividades.

Neves *et al.* (2020) acrescentam que uma vida marcada por tensões constantes, como a ameaça de perder a terra, os deslocamentos necessários à subsistência e a ausência de espaços locais para cultivo e coleta, empobrece a experiência e restringe a liberdade de planejar e controlar o próprio destino. Para os autores, esse cenário configura uma faceta contemporânea da alienação, conceito que ajuda a compreender como condições materiais e simbólicas se entrelaçam na produção do sofrimento. Em conjunto com Dantas *et al.* (2020) e Pessoa e Rigotto (2012), essa leitura indica que a saúde mental no campo está ligada às condições objetivas de existência e também a processos subjetivos marcados pela impossibilidade de autodeterminação.

Correia e Alves (2024) ressaltam a necessidade de considerar os impactos psicofísicos acumulados ao longo da carreira do trabalhador rural. A pressão crescente por produção no agronegócio, combinada a salários baixos, falta de direitos e isolamento social, cria condições para o desgaste emocional e para uma sensação de vulnerabilidade. Esses fatores costumam manifestar-se de modo sutil, incorporados à cultura do trabalho exaustivo, o que dificulta o reconhecimento do sofrimento como algo legítimo e merecedor de atenção.

Nascimento, Oliveira e Coimbra (2017) enfatizam o peso da pobreza como determinante fundamental da saúde mental, com efeitos tanto na maior incidência de transtornos mentais comuns quanto no consumo elevado de álcool. Segundo os autores, a pobreza amplia as desigualdades sociais e aprofunda a exclusão nas áreas rurais, o que evidencia a urgência de políticas que garantam direitos e cidadania a esses grupos.

2.3.3. Gênero, Território e Experiências de Cuidado

Os relatos de mulheres camponesas reunidos por Sganzerla *et al.* (2021) mostram que a compreensão de saúde mental no campo ultrapassa o âmbito clínico e se vincula a laços afetivos, espiritualidade, solidariedade comunitária e formas de interação social. Para essas mulheres, a saúde mental está associada à convivência harmoniosa no lar, à participação comunitária, ao lazer e às práticas religiosas, ao passo que o excesso de trabalho, as dificuldades financeiras e os conflitos familiares são percebidos como nocivos. Esses elementos funcionam como apoios, mas também revelam vulnerabilidades diante de conflitos familiares, perdas financeiras ou falta de tempo para lazer e socialização. A sobrecarga de responsabilidades e a sobreposição de funções, sobretudo entre as mulheres, aumentam o risco de problemas de saúde. O cuidado em saúde mental no campo não pode, portanto, ser dissociado das relações sociais e dos valores culturais locais, que estruturam o significado de bem-estar e de sofrimento.

Alves, Santos e Barbosa (2022) identificaram associação entre transtornos mentais comuns e variáveis como gênero, idade, percepção do estado de saúde, histórico de tratamento em saúde mental, uso abusivo de álcool e redução da produção agrícola. O

sofrimento não se manifesta, assim, de maneira uniforme: liga-se às posições ocupadas no espaço social e às condições objetivas de vida, o que exige atenção à diversidade de experiências no meio rural e evita a homogeneização de pessoas e situações. Para os autores, melhorar as condições de vida e de trabalho é um caminho essencial para proteger a saúde mental dos trabalhadores rurais.

Ferreira Leite *et al.* (2017) defendem políticas públicas que incorporem o debate sobre gênero, divisão do trabalho e acesso aos serviços, questionando visões reducionistas e biologizantes da saúde mental. Ao integrar essas dimensões, a saúde mental deixa de ser tratada apenas como questão clínica e passa a ser compreendida no contexto mais amplo das relações sociais, posição também defendida por Pires, Ximenes e Nepomuceno (2013). Exigem-se, portanto, políticas que não apenas tratem sintomas, mas atuem sobre as condições que produzem sofrimento, respeitando as diferenças e combatendo desigualdades estruturais.

A análise dos estudos indica que o adoecimento mental dos trabalhadores rurais envolve precariedade estrutural, vulnerabilidade social, pressões econômicas e fatores culturais. Esses elementos demandam uma abordagem intersetorial e territorializada, capaz de orientar políticas públicas que contemplem as múltiplas dimensões do viver rural e promovam a saúde mental como direito vinculado à justiça social.

2.4. Síntese dos Fatores Determinantes

A leitura conjunta dos estudos permite sintetizar os principais fatores associados ao adoecimento mental de trabalhadores rurais

no contexto do agronegócio. O Quadro 3 reúne esses fatores e indica os estudos que os sustentam.

Quadro 3. Fatores associados ao adoecimento mental de trabalhadores rurais e estudos que os sustentam

Fator identificado	Estudos que o sustentam
Precarização do trabalho e pressão por produção	Pessoa e Rigotto (2012); Correia e Alves (2024)
Exposição a agrotóxicos	Pessoa e Rigotto (2012)
Desigualdades sociais, iniquidades em saúde e pobreza	Pessoa e Rigotto (2012); Nascimento, Oliveira e Coimbra (2017); Dantas et al. (2020)
Fragmentação e desarticulação das políticas públicas	Pires, Ximenes e Nepomuceno (2013); Pezzini e França (2021)
Limites da Atenção Primária e da formação profissional para o contexto rural	Cirilo Neto e Dimenstein (2021)
Alienação e perda de autodeterminação	Neves et al. (2020)
Isolamento social e dificuldade de reconhecimento do sofrimento	Correia e Alves (2024)
Sobrecarga e desigualdades de gênero	Ferreira Leite et al. (2017); Sganzerla et al. (2021); Alves, Santos e Barbosa (2022)
Fatores associados aos transtornos mentais comuns (idade, percepção do estado de saúde, histórico de tratamento, uso abusivo de álcool, redução da produção agrícola)	Nascimento, Oliveira e Coimbra (2017); Alves, Santos e Barbosa (2022)

Laços afetivos, comunitários e religiosos como apoio (fator de proteção)	Sganzerla et al. (2021)
--	-------------------------

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Observa-se que esses fatores não operam isoladamente. A precarização do trabalho, descrita por Pessoa e Rigotto (2012) e Correia e Alves (2024), articula-se às desigualdades estruturais discutidas por Dantas *et al.* (2020) e por Nascimento, Oliveira e Coimbra (2017), e ambas se refletem na dificuldade de os serviços e as políticas reconhecerem o sofrimento no campo, como mostram Pezzini e França (2021) e Cirilo Neto e Dimenstein (2021). Os estudos convergem, assim, para uma compreensão em que as dimensões materiais da vida rural, como renda, trabalho, infraestrutura e exposição a agrotóxicos, entrelaçam-se às dimensões simbólicas, como reconhecimento social, autodeterminação, valores culturais e laços comunitários, conforme argumentam Neves *et al.* (2020) e Sganzerla *et al.* (2021).

Cabe destacar que o quadro de fatores inclui elementos de proteção, e não apenas de risco. Os relatos reunidos por Sganzerla *et al.* (2021) mostram que a convivência harmoniosa no lar, a participação comunitária, o lazer e as práticas religiosas sustentam o bem-estar das mulheres camponesas. Isso sugere que estratégias de cuidado em saúde mental no campo podem partir dos recursos já existentes nas comunidades, em vez de se restringirem a intervenções externas ao território.

2.5. Implicações para as Políticas e para o Cuidado em Saúde Mental

Os estudos analisados não se limitam a descrever o sofrimento psíquico no campo: também apontam caminhos para o cuidado e para as políticas públicas. Quatro direções se destacam. A primeira é a integração entre saúde mental, trabalho e ambiente rural na formulação das políticas, com atenção ao território e às singularidades culturais e sociais, como defendem Pezzini e França (2021). A segunda é o fortalecimento das redes locais intersetoriais e da Atenção Primária à Saúde, com formação e educação continuada dos profissionais voltadas às condições de vida e de saúde das populações do campo (Cirilo Neto; Dimenstein, 2021). A terceira é a ampliação do cuidado para além da perspectiva da doença, de modo a incorporar as condições sociais que geram sofrimento (Pires; Ximenes; Nepomuceno, 2013), o que inclui o debate sobre gênero, divisão do trabalho e acesso aos serviços (Ferreira Leite *et al.*, 2017). A quarta é a melhoria das condições de vida e de trabalho como estratégia de proteção da saúde mental (Alves; Santos; Barbosa, 2022), em sintonia com a necessidade de garantir direitos e cidadania às populações rurais (Nascimento; Oliveira; Coimbra, 2017).

Essas direções indicam que o cuidado em saúde mental no campo depende tanto da atuação dos serviços de saúde quanto de políticas que incidam sobre as condições materiais de existência. Entende-se, ainda, que o reconhecimento do sofrimento como legítimo, que Correia e Alves (2024) apontam como dificultado pela cultura do trabalho exaustivo, é um passo necessário para que ele possa ser acolhido pelos serviços. Reforça-se, assim, a pertinência de uma abordagem intersetorial e territorializada, que articule saúde, trabalho, assistência social e participação das comunidades, respeitando os modos de vida rurais.

3. CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar os fatores que influenciam a saúde mental de trabalhadores rurais inseridos no contexto do agronegócio, com base na análise crítica de pesquisas científicas recentes. A revisão de 11 artigos permitiu atingir o objetivo proposto e mostrou que o sofrimento psíquico desses trabalhadores está ligado a fatores sociais, estruturais e culturais que se entrelaçam nas dinâmicas do agronegócio brasileiro.

Entre os principais resultados, destacam-se a precarização do trabalho, a exposição a agrotóxicos, a falta de políticas públicas adaptadas à realidade rural, as disparidades de gênero e a fragilidade das redes de apoio à saúde mental nas localidades analisadas. Também foram apontadas as limitações da Atenção Primária à Saúde diante das particularidades locais e a formação profissional pouco voltada às especificidades do campo, o que contribui para o pouco reconhecimento do sofrimento psíquico rural nas políticas de saúde.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui para o debate sobre as relações entre saúde mental, território e condições de vida e pode servir de base para pesquisas futuras. No plano prático e social, os achados reforçam a necessidade de políticas públicas intersetoriais e adaptadas aos territórios, que incorporem saberes locais, enfrentem desigualdades e promovam o cuidado psicossocial de forma integrada às necessidades das comunidades rurais.

Por se tratar de revisão bibliográfica, o trabalho se apoia em publicações já existentes, o que pode deixar de fora experiências locais ainda não registradas academicamente. Além disso, a exclusão de dissertações, teses e estudos em língua estrangeira delimita o conjunto de fontes analisadas. Sugere-se que pesquisas

futuras aprofundem a escuta direta dos trabalhadores rurais por meio de métodos qualitativos, como entrevistas e etnografias, para captar os significados atribuídos ao sofrimento psíquico e as práticas de cuidado que emergem nessas comunidades. Estudos interdisciplinares também se mostram promissores para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de atenção à saúde mental no meio rural.

Por fim, o estudo reforça a compreensão da saúde mental como direito essencial, ligado à justiça social e à dignidade humana, e busca contribuir para uma ciência comprometida com a transformação das realidades vividas, que reconheça e valorize os modos de vida no campo em sua complexidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. M.; SANTOS, E. G. O.; BARBOSA, I. R. Fatores associados aos transtornos mentais comuns entre agricultores em um município de médio porte no nordeste do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 56, e-location 74, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056003522>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Saúde do trabalhador e da trabalhadora*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. (Cadernos de Atenção Básica, n. 41).

CIRILO NETO, M.; DIMENSTEIN, M. Desafios para o cuidado em saúde mental em contextos rurais. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 1-26, abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36298/gerais202114e15627>.

CORREIA, Arthur Santana; ALVES, Cibele de Araújo. Terra, suor e riscos: desafios psicofísicos e condições laborais do homem do campo. *Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social*, [S. l.], v. 11, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revista.laborjuris.com.br/laborjuris/article/view/210>. Acesso em: 8 jul. 2025.

DANTAS, Candida Maria Bezerra; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jäder Ferreira; MACEDO, João Paulo; BELARMINO, Victor Hugo. Território e determinação social da saúde mental em contextos rurais: cuidado integral às populações do campo. *Athenea Digital*, [S. l.], v. 20, n. 1, e2169, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2169>.

FERREIRA LEITE, Jader; DIMENSTEIN, Magda; MACEDO, João Paulo Sales; DANTAS, Cândida Bezerra; SILVA, Eliane Lucas; SOUSA, Adrielly Pereira de. Condições de vida, saúde mental e gênero em contextos rurais: um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária do Nordeste brasileiro. *Avances en Psicología Latinoamericana*, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 301-316, 2017. DOI: <http://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4768>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz Cabral do; OLIVEIRA, Wanderley Codo de; COIMBRA, Alex Jones da Silva. Social inequality and mental health in rural areas / Inequidades sociales y salud mental en contexto rural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 37, n. 2, p. 313-327, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-82712017220313>.

NEVES, Maelison Silva; PIGNATI, Wanderlei Antônio; PIGNATTI, Marta Gislene; MONTANARI CORRÊA, Marcia Leopoldina. Determinação

social do processo saúde-adoecimento mental de trabalhadores rurais no Brasil. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 231-248, maio/ago. 2020. ISSN 2358-5587.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Constituição da Organização Mundial da Saúde*. [S. l.]: OMS, 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organizacao-Mundial-da-Saude/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswwho.html>. Acesso em: 14 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Saúde mental*. Brasília, DF: OPAS/OMS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental>. Acesso em: 15 ago. 2026.

PESSOA, Vanira Matos; RIGOTTO, Raquel Maria. Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 37, n. 125, p. 65-77, jan./jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572012000100010>.

PEZZINI, Cláudia Farias; FRANÇA, Raimundo Nonato Cunha de. A construção de políticas públicas de saúde mental com foco no trabalhador rural. *SMAD: Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 18-26, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2021.166121>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/smad/article/view/166121>. Acesso em: 15 ago. 2026.

PIRES, Ronaldo Rodrigues Peixoto; XIMENES, Verônica Moraes; NEPOMUCENO, Bárbara Barbosa. Práticas de cuidado em saúde

mental no Brasil: análise a partir do conceito de cidadania. *Avances en Psicología Latinoamericana*, Bogotá, v. 31, n. 3, p. 507-521, 2013.

SGANZERLA, J.; CABRAL, F. B.; HILDEBRANDT, L. M.; TREZZI, I. Noções e práticas de cuidado em saúde mental na perspectiva de mulheres camponesas. *Revista de Enfermagem da UFSM*, Santa Maria, v. 11, e14, p. 1-21, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179769243181>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/43181>. Acesso em: 15 ago. 2026.

¹ Enfermeira, mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

² Doutor em Ciências Veterinárias pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Departamento de Saúde Pública e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).